



TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

TCM RJ

2008

CONCURSO PÚBLICO 2008

AUDITOR

PROVA OBJETIVA AMARELA

INFORMAÇÕES GERAIS

1. Você receberá do fiscal o material descrito a seguir:
 - a) uma folha destinada às respostas das questões formuladas na prova na cor **amarela**;
 - b) este caderno de prova cuja capa é **amarela**, na mesma cor de sua folha de respostas (**amarela**), com o enunciado das 100 (cem) questões, sem repetição ou falha, sendo 70 (setenta) questões de conhecimentos específicos e 30 (trinta) questões de conhecimentos gerais (*subitem 8.1 do edital*).
2. Verifique se o material está em ordem, se seu **nome, número de inscrição e cargo** são os que aparecem na folha de respostas.
3. Ao receber a folha de respostas, é obrigação do candidato:
 - a) ler atentamente as instruções na folha de respostas;
 - b) assinar a folha de respostas.
4. As questões da prova são identificadas pelo número que se situa ao lado do seu enunciado.
5. O candidato deverá transcrever as respostas da prova para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção da prova. O preenchimento da folha de respostas dar-se-á mediante a utilização de caneta esferográfica de cor preta ou azul, sendo de inteira responsabilidade do candidato. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.
6. Reserve os 20 (vinte) minutos finais para marcar a folha de respostas.
7. O rascunho no caderno de questões não será levado em consideração.
8. O tempo disponível para esta prova será de 5 (cinco) horas.
9. O candidato somente poderá levar consigo o caderno de questões nos últimos 30 (trinta) minutos da prova.
10. Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, entregue a folha de respostas e deixe o local de prova.



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS
FGV PROJETOS

Contabilidade Geral e Pública

1. Segundo a Resolução CFC 921/01, se determinada empresa mercantil firmar contrato de arrendamento mercantil, na qualidade de arrendatária, com a característica de valor residual significativamente inferior ao valor de mercado do bem na data da opção, o bem arrendado deverá ficar avaliado e evidenciado em seu patrimônio:

- (A) pelo valor do bem, no ativo permanente imobilizado.
- (B) pelo valor das contraprestações mais o valor residual, no ativo circulante ou realizável a longo prazo.
- (C) como zero, pois não deve ser reconhecido como patrimônio da arrendatária.
- (D) pelo valor das contraprestações, no passivo circulante ou exigível a longo prazo.
- (E) pelo valor residual, como conta redutora do passivo circulante ou exigível a longo prazo.

2. Segundo a Resolução CFC 1.110/07, assinale o valor da variação que deverá sofrer o patrimônio da Empresa Industrial X ao efetuar, adequadamente, o lançamento contábil relativo ao teste de recuperabilidade do equipamento Y, sabendo-se que:

1. o valor de registro original do equipamento Y é \$100.000,00;
 2. a depreciação acumulada do equipamento Y, até a data do teste, é \$40.000,00;
 3. o valor de mercado do equipamento Y, na data do teste, é \$62.000,00;
 4. caso a Empresa X vendesse o equipamento Y, na data do teste, incorreria em gastos associados a tal transação no montante de \$13.000,00;
 5. caso a Empresa X não vendesse o equipamento Y e o continuasse utilizando no processo produtivo, seria capaz de produzir 10.000 unidades do produto Z por ano pelos próximos 3 anos;
 6. o preço de venda do produto Z é \$10,00 por unidade;
 7. os gastos médios incorridos na produção e venda de uma unidade de produto Z é \$8,00;
 8. o custo de capital da Empresa X é 10% ao ano;
 9. a Empresa X é sediada num paraíso fiscal; portanto, ignore qualquer tributo.
- (A) entre \$ -15.000,00 e \$ -10.801,00
 - (B) entre \$ -10.800,00 e \$ -5.001,00
 - (C) entre \$ -5.000,00 e \$ -1,00
 - (D) zero
 - (E) entre \$1,00 e \$2.000,00

3. Com base na Resolução CFC 1.120/08, analise as afirmativas a seguir:

- I. As variações cambiais resultantes de conversão das demonstrações contábeis para moeda diferente da moeda funcional devem ser reconhecidas em conta específica no resultado não-operacional.
- II. As variações cambiais que surgem da liquidação de itens monetários ao converter itens monetários por taxas diferentes daquelas pelas quais foram inicialmente convertidas durante o período, ou em demonstrações contábeis anteriores, devem ser reconhecidas como receita ou despesa no período em que surgirem, com exceção das variações cambiais de itens monetários que fazem parte do investimento líquido da entidade que reporta em uma entidade no exterior.
- III. Uma entidade pode apresentar suas demonstrações contábeis em qualquer moeda (ou moedas).

Assinale:

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (E) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

4. Determinada empresa industrial fabrica e vende dois produtos: M e C. Observe os dados desses dois produtos:

| Produto | M | C |
|-------------------------------|-------|-------|
| Preço de venda | 25,00 | 15,00 |
| Matéria-prima A (em kg/unid.) | 1 | 1,2 |
| Matéria-prima B (em kg/unid.) | 2 | 0,5 |
| Horas-máquina 1 (em h/unid.) | 2 | 2 |
| Horas-máquina 2 (em h/unid.) | 3 | 1 |
| Demanda (em unid./mês) | 50 | 80 |

Sabe-se que os recursos são onerosos e limitados, conforme a tabela a seguir:

| Recursos | custo unitário | disponibilidade |
|-----------------|----------------|-----------------|
| Matéria-prima A | \$ 1,00/kg | 140kg |
| Matéria-prima B | \$ 2,00/kg | 150kg |
| Máquina 1 | \$ 3,00/h | 300h |
| Máquina 2 | \$ 4,00/h | 300h |

Sabe-se, ainda, que:

- I. a empresa não tem como aumentar as suas disponibilidades no próximo mês; portanto, precisa gerenciar aquelas restrições;
- II. a empresa tem por política trabalhar sem estoque final de produtos acabados.

Assinale a alternativa que indique quantas unidades a empresa precisa produzir e vender de cada produto no próximo mês para maximizar seu resultado nesse próximo mês.

- (A) M = 25; C = 0
- (B) M = 0; C = 116,67
- (C) M = 44; C = 80
- (D) M = 44; C = 96
- (E) M = 50; C = 80

5. Determinada empresa industrial é monoprodutora. Nos meses de março e abril passados, apurou o seguinte:

| | março | abril |
|-----------------------------------|-----------|-----------|
| Estoque inicial (em unidades) | - | - |
| Produção (em unidades) | 1.000 | 1.200 |
| Vendas (em unidades) | 1.000 | 1.000 |
| Custo total de fabricação (em \$) | 15.000,00 | 17.000,00 |
| Receita bruta de vendas (em \$) | 25.000,00 | 25.000,00 |

Sabe-se que:

- a empresa controla seus estoques permanentemente e os avalia pelo método PEPS;
- a empresa incorre, ainda, em despesas fixas de \$3.000,00 por mês e em despesas variáveis equivalentes a 10% da receita bruta mensal;
- a empresa não pretende acabar o mês de maio com produtos acabados em estoque;
- a empresa é contribuinte do imposto de renda sobre o lucro à alíquota de 20%; e
- não houve variação de preços no período.

Assinale a alternativa que indique quantas unidades a empresa precisa produzir em maio para que o lucro líquido de maio, pelo custeio por absorção, seja \$5.000,00.

- (A) mais de 1.150 unidades
- (B) entre 1.101 unidades e 1.150 unidades
- (C) entre 801 unidades e 950 unidades
- (D) entre 951 unidades e 1.100 unidades
- (E) menos de 800 unidades

6. Determinada empresa industrial fabrica e vende dois produtos: N e L. Fase significativa da produção é comum a esses dois produtos. Durante a fase de produção conjunta, incorre-se em custos de transformação no valor de \$200.000,00, e mais em custos básicos conforme a tabela a seguir:

| recursos produção conjunta | quantidade consumida(em kg) | custo unitário (em \$/kg) |
|----------------------------|-----------------------------|---------------------------|
| Matéria-prima 1 | 8.000 | 12,50 |
| Matéria-prima 2 | 2.000 | 100,00 |

No ponto de separação, identificou-se que a produção conjunta pesava 10.000kg, dos quais 1.000kg eram de produtos N semi-elaborados e 9.000kg eram de produto L semi-elaborado. Para terminar a produção, incorreu-se em mais custos de transformação, sendo \$20.000,00 na produção de N e \$150.000,00 na produção de L.

Sabe-se que:

- os preços de venda são: N = \$72,00/kg e L = \$70,00/kg;
- nesse mês a empresa vendeu: N = 600 kg e L = 8.100kg;
- não havia estoques iniciais;
- toda a produção iniciada foi encerrada no mesmo período;
- a empresa trabalha com o controle periódico de estoques e os avalia pelo custo médio ponderado; e
- nesse mês a empresa incorreu em despesas comerciais e administrativas que totalizaram \$25.000,00.

Desconsiderando-se qualquer tributo, é correto afirmar que o lucro bruto, pelo custeio por absorção, dessa empresa nesse mês foi:

- (A) de mais de \$7.000,00.
- (B) entre \$5.001,00 e \$7.000,00.
- (C) entre \$3.001,00 e \$5.000,00.
- (D) entre \$1.001,00 e \$3.000,00.
- (E) de menos de \$1.000,00.

Com base no enunciado a seguir, responda às questões 7 a 10:

A Cia. JMAP vende o produto PAMJ. A empresa apresenta o seguinte Balanço em 31.08.X8:

| ATIVO | PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO | - | - |
|---------------------------|------------------------------|-------------------|---------|
| Disponibilidades | 76.000 | Fornecedores | 26.500 |
| Estoques | 25.000 | Contas a Pagar | 20.000 |
| Móveis e Utensílios | 200.000 | Capital Social | 180.000 |
| (-) Depreciação acumulada | -16.000 | Lucros Acumulados | 58.500 |
| Total | 285.000 | - | - |
| Total | 285.000 | - | - |

Informações adicionais: i) o Estoque é constituído por 1.000 unidades adquiridas por R\$ 25,00 cada. A empresa adota o CPM (Custo médio ponderado móvel) – controle permanente; ii) os Móveis e Utensílios são depreciados à taxa de 12% ao ano.

A empresa efetuou as seguintes operações no mês de setembro de X8:

| Data | Evento |
|------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 01 | A empresa efetuou o seguro anual de seu patrimônio, mediante o pagamento do prêmio de seguro no valor total de R\$ 6.000,00, à vista. |
| 02 | Compra 1.000 unidades de PAMJ por R\$ 26,00 cada, para pagar em outubro/X8. |
| 05 | Compra 2.500 unidades de PAMJ por R\$ 24,80 cada, à vista. |
| 10 | Venda de 3.000 unidades de PAMJ por R\$ 35,00 cada, sendo que metade à vista e metade a prazo para recebimento em 30 dias. |
| 15 | Venda de 1.100 unidades de PAMJ por R\$ 30,00 cada, à vista. |
| 22 | Compra 2.000 unidades de PAMJ por R\$ 25,50, para pagamento em 60 dias. |
| 25 | Aumento do Capital Social em R\$ 35.000,00, sendo R\$ 5.000,00 em dinheiro e o restante em integralização de parte do saldo de lucros acumulados. |
| 26 | Pagamento de R\$ 38.000,00 aos fornecedores e da totalidade do saldo das contas a pagar. |
| 30 | Reconhecimento e pagamento de despesas administrativas e comerciais no montante total de R\$ 18.000,00, sendo R\$ 8.000,00 relativos a serviços de terceiros e o restante a pessoal próprio. |
| 30 | Apropriação mensal da despesa de seguro e depreciação dos móveis e utensílios. |
| 30 | Constatou que o valor realizável líquido, por unidade de PAMJ, é R\$ 25,00. |
| 30 | Pagamento de dividendos, em dinheiro, no valor correspondente a 40% do lucro do período. |

7. Considerando somente os dados do enunciado, determine o valor do lucro operacional do mês de setembro/X8.

- (A) menor que 10.000,00
- (B) entre 10.000,01 e 14.000,00
- (C) entre 14.000,01 e 18.000,00
- (D) entre 18.000,01 e 22.000,00
- (E) maior que 22.000,01

8. Considerando somente os dados do enunciado, determine o percentual do valor adicionado que foi distribuído aos empregados em setembro/X8.

- (A) menor que 10%
- (B) entre 10,01% e 20%
- (C) entre 20,01% e 30%
- (D) entre 30,01% e 40%
- (E) maior que 40%

9. Considerando somente os dados do enunciado, quando da apropriação da despesa de seguro relativa ao mês de setembro/X8, assinale o lançamento contábil adequado.

| | | |
|-----|-----------------------------------------|----------|
| (A) | D- Despesas Antecipadas – seguro (AC) | 6.000,00 |
| | C- Disponibilidades (AC) | 6.000,00 |
| (B) | D- Despesas Operacionais – seguro (DRE) | 500,00 |
| | C- Disponibilidades (AC) | 500,00 |
| (C) | D- Despesas Operacionais – seguro (DRE) | 500,00 |
| | C- Seguros a Pagar (PC) | 500,00 |
| (D) | D- Despesas Antecipadas – seguro (AC) | 500,00 |
| | C- Disponibilidades (AC) | 500,00 |
| (E) | D- Despesas Operacionais – seguro (DRE) | 500,00 |
| | C- Despesas Antecipadas – seguro (AC) | 500,00 |

10. Considerando somente os dados do enunciado, determine o valor do fluxo de caixa líquido da atividade de financiamento do mês de setembro/X8.

- (A) menor que -5.000,00
- (B) entre -4.999,99 e -1.000,00
- (C) entre -999,99 e +3.000,00
- (D) entre +20.000,01 e +24.000,00
- (E) maior que +24.000,00

De acordo com as informações listadas na tabela abaixo, responda às questões 11 e 12.

| Rubricas | Previsão | Lançamento | Arrecadação | Recolhimento |
|---------------------------------------|----------|------------|-------------|--------------|
| Transferência de Capital | 1.200 | | 900 | 900 |
| Dívida Ativa Tributária | 1.000 | | 800 | 800 |
| ISS | 2.000 | 1.500 | 1.200 | 1.000 |
| Amortização de Empréstimos Concedidos | 1.500 | | 1.400 | 1.400 |
| Aluguéis | 700 | 700 | 500 | 500 |
| Multa | 800 | 600 | 500 | 300 |
| Total | 7.200 | 2.800 | 5.300 | 4.900 |

11. Ao final da execução orçamentária, o valor a ser inscrito em Dívida Ativa Tributária será de:

- (A) 200.
- (B) 300.
- (C) 700.
- (D) 500.
- (E) 400.

12. O valor das Variações passivas por mutações é:

- (A) 3.100.
- (B) 4.600.
- (C) 5.300.
- (D) 2.200.
- (E) 1.400.

Observe as informações a seguir referentes ao primeiro ano de mandato de um governo municipal que apresenta superávit financeiro e responda às questões 13 e 14.

| Rubricas | Fixação | Empenho | Liquidação | Pagamento |
|--------------------------------------------------|---------|---------|------------|-----------|
| Aquisição de material de escritório para estoque | 2.000 | 1.500 | 1.000 | 1.000 |
| Pessoal Ativo e encargos | 4.000 | 3.500 | 3.500 | 3.500 |
| Aquisição de frota de veículos | 6.000 | 4.500 | 3.500 | 3.000 |
| Construção de Hospital | 9.000 | 9.000 | 7.000 | 6.500 |
| Serviços de manutenção preventiva | 5.000 | 4.500 | 4.000 | 4.000 |
| Total | 26.000 | 23.000 | 19.000 | 18.000 |

13. O valor da Despesa de Capital em atendimento ao que prescreve a Lei 4.320/64 é:

- (A) 11.500.
- (B) 10.500.
- (C) 9.500.
- (D) 13.500.
- (E) 15.000.

14. O valor oriundo das despesas correntes a ser inscrito em Restos a Pagar Não Processados será:

- (A) 1.000.
- (B) 4.000.
- (C) 2.000.
- (D) 3.000.
- (E) 1.500.

15. Quanto à inscrição de Restos a pagar, é correto afirmar que afeta o saldo dos seguintes balanços:

- (A) orçamentário e financeiro.
- (B) econômico e patrimonial.
- (C) financeiro e patrimonial.
- (D) orçamentário e econômico.
- (E) econômico e financeiro.

Auditoria

16. Durante a aplicação dos testes substantivos, o auditor detectou que o (sub) grupo intangível apresentava valor significativo (relevante). Assim, com o intuito de validar esse item, solicitou o laudo de avaliação, que sustentou o valor apresentado no balanço patrimonial. Após aplicação dos procedimentos de inspeção e cálculo, concluiu que o valor lançado estava superavaliado. Tendo informado o fato à administração da auditada, recebeu a resposta de que ela não estaria disposta a corrigir.

Em relação aos pareceres que poderiam ser emitidos nesse caso, tendo em vista a discordância entre auditor e auditada e considerando que não houve limitação no escopo dos trabalhos, consoante o CFC (Resolução 830 de 1998 e Resolução 953 de 2003), assinale a alternativa correta.

- (A) sem ressalvas, uma vez que o lançamento do intangível no balanço não é obrigatório
- (B) com abstenção de opinião ou com ressalvas
- (C) com ressalvas, adverso ou com abstenção de opinião
- (D) sem ressalvas, adverso, com abstenção de opinião e com ressalvas
- (E) adverso ou com ressalvas

17. O Tribunal de Contas do Município deverá, à exceção das contas do Sr. Prefeito, julgar os processos de contas (prestações e tomadas) encaminhados pelo Poder Executivo, sobre os quais emitirá parecer prévio. Ao julgá-los, deverá qualificá-los nas seguintes modalidades, consoante a Lei Municipal 289, de 1991, (Lei Orgânica do TCMRJ):

- (A) com ressalvas, sem ressalvas, adverso e com abstenção de opinião.
- (B) regular, regular com ressalvas e de irregularidade.
- (C) pleno, restritivo e de irregularidade.
- (D) limpo, com ressalvas, adverso e com abstenção de opinião.
- (E) limpo, modificado e qualificado.

18. Uma das críticas às demonstrações contábeis no serviço público diz respeito ao não-uso de provisões contábeis na medida necessária. Como exemplo dessa situação, é possível citar a manutenção de elevados saldos da dívida ativa constantes no balanço patrimonial quando é sabido que parte desse valor dificilmente será arrecadado, sobretudo em função da falta de garantias. O Conselho Federal de Contabilidade, por meio da Resolução 1.066 de 2005, quando trata de contingências e estimativas, determina que os auditores considerem, ao analisar o risco Contingências Ativas, as seguintes categorias de chance de sucesso:

- (A) provável, possível e remoto.
- (B) certo, possível e remoto.
- (C) provável, possível e improvável.
- (D) certo, provável e improvável.
- (E) praticamente certo, provável, possível e remoto.

19. Durante a aplicação dos procedimentos atinentes à espécie, o auditor detectou, com base nos documentos contábeis, que em determinado dia a conta “caixa” da entidade apresentava saldo contábil credor. Em relação a esse fato, assinale a melhor explicação.

- (A) Trata-se de ativo fictício, uma vez que há valores registrados que, de fato, inexistem.
- (B) Trata-se de passivo oculto, tendo em vista que dívidas contratadas foram registradas erroneamente no passível exigível a longo prazo.
- (C) Corresponde a “estouro de caixa”, situação decorrente, por exemplo, de receitas recebidas, mas não contabilizadas.
- (D) Corresponde a “estouro de caixa”, decorrente, por exemplo, de mercadorias adquiridas e pagas, mas não contabilizadas.
- (E) Corresponde ao que culturalmente chamamos de “caixa 2”, prática sabidamente conhecida e permitida pela legislação.

20. Tendo em vista a exigüidade do tempo ou visando minimizar os custos, é comum, na atividade de auditoria, o uso de técnicas de amostragem estatística e não-estatística. Nesse diapasão, uma das maiores preocupações do auditor reside na obtenção de uma amostra representativa, qual seja aquela que apresenta as mesmas características da população. Assim, ao selecionar uma amostra, deverá levar em consideração os seguintes itens (aspectos), de acordo com o CFC (Resolução 1.012 de 2005):

- (A) tamanho da população, erro tolerável e erro esperado (estatístico e não-estatístico).
- (B) risco de amostragem, estratificação e testes substantivos.
- (C) tamanho da amostra, controle interno e estratificação.
- (D) objetivos específicos da auditoria, erro tolerável e erro esperado.
- (E) testes substantivos, erro esperado e testes de observância.

21. Um dos atributos profissionais requeridos para o desenvolvimento da atividade de auditoria é a independência. Esse item pressupõe, conforme prevê o CFC (Resolução 1034 de 2005), a independência de pensamento (objetividade e integridade na realização dos exames e emissão de opinião) e a aparência de independência (evitando que terceiros possam questionar a idoneidade do auditor). Em algumas situações, ela pode ser afetada por ameaças de interesse próprio, auto-revisão, defesa de interesses da entidade auditada, familiaridade e intimidação. Em relação à ameaça de “auto-revisão”:

- (A) ocorre quando uma entidade de auditoria ou um membro da equipe de auditoria poderia auferir benefícios de um interesse financeiro na entidade auditada.
- (B) ocorre quando um membro da equipe de auditoria encontra obstáculos para agir objetivamente e com ceticismo profissional devido a ameaças, reais ou percebidas, por parte de administradores, diretores ou funcionários de uma entidade auditada.
- (C) ocorre quando o resultado de um trabalho anterior precisa ser reanalisado ao serem tiradas conclusões sobre o trabalho de auditoria ou quando um membro da equipe de auditoria era, anteriormente, administrador ou diretor da entidade auditada.
- (D) ocorre quando a entidade de auditoria ou um membro da equipe de auditoria defendem ou parecem defender a posição ou a opinião da entidade auditada, a ponto de poderem comprometer ou darem a impressão de comprometer a objetividade.
- (E) ocorre quando, em virtude de um relacionamento estreito com uma entidade auditada, com seus administradores, com diretores ou com funcionários, uma entidade de auditoria ou membro da equipe de auditoria passam a se identificar, demasiadamente, com os interesses da entidade auditada.

22. Na análise preliminar do objeto de auditoria, algumas ferramentas são comumente utilizadas. Entre elas, o “modelo de marco lógico”:

- (A) foi criado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID para orientar a formulação, execução, acompanhamento e avaliação de programas ou projetos governamentais submetidos à sua apreciação. Visa a retratar como estão estruturadas as atividades desenvolvidas por programas ou projetos governamentais.
- (B) como desvantagem, trata-se de um modelo com baixo potencial analítico, propiciando uma visão limitada do programa ou projeto sob estudo.
- (C) não se preocupa com a definição de indicadores práticos, objetivos, mensuráveis e independentes para cada nível, tampouco com indicação das fontes de dados e fatores exógenos (pressupostos) que podem afetar o objeto da auditoria em cada nível.
- (D) procura exprimir como o objeto da auditoria desenvolve as suas atividades, identificando as informações e os recursos humanos, físicos e financeiros exigidos (insumos), os processos de transformação dos insumos em produtos, os bens e serviços ofertados (produtos), os benefícios proporcionados (impacto) e os possíveis indicadores de desempenho.
- (E) identifica os fatores internos e externos (clientes, fornecedores, competidores, sindicatos, associações profissionais, autoridades diversas, etc.) que influenciam as atividades desenvolvidas pelo objeto da auditoria. O modelo deve exibir as interações e inter-relações existentes entre os vários grupos de interessados, indicando se são ou não estáveis, complexas ou concorrentes.

23. O termo governança refere-se aos processos de como as organizações são administradas e controladas. Os dirigentes do setor privado priorizam o foco da governança. No entanto, as prioridades no contexto do setor público, que opera com estruturas e modelos de gestão diferentes, são mais difíceis de identificar. Neste, a governança tem que estabelecer a definição clara dos papéis, das metas, das responsabilidades, dos modelos de decisão, das rotinas e, também, abranger a Gestão do Conhecimento. Considerando a legislação que regulamenta a profissão contábil, em especial a proveniente do CFC, CVM e IFAC - International Federation of Accountants (de acordo com o estudo realizado em 2001), foram desenvolvidos no setor público três princípios fundamentais de governança:

- (A) *Openness* (Transparência), *Integrity* (Integridade) e *Accountability* (responsabilidade de prestar contas).
- (B) *Openness* (Transparência), *Capacity* (Capacidade) e *Accountability* (responsabilidade de prestar contas).
- (C) *Integrity* (Integridade), *Capacity* (Capacidade) e *Accountability* (responsabilidade de prestar contas).
- (D) *Integrity* (Integridade), *SOX* e *Accountability* (responsabilidade de prestar contas).
- (E) *Capacity* (Capacidade), *SOX* e *Accountability* (responsabilidade de prestar contas).

24. No tocante a habilidades e metodologias em auditoria governamental, a “matriz de planejamento” é uma ferramenta de auditoria que torna o planejamento mais sistemático e dirigido, facilitando a comunicação de decisões sobre metodologia entre a equipe e os superiores hierárquicos e auxiliando na condução dos trabalhos de campo. Em relação a ela, é possível afirmar que:

- (A) se trata de uma esquematização das informações relevantes do planejamento de uma auditoria. Contudo, não tem como propósito auxiliar na elaboração conceitual do trabalho e na orientação da equipe na fase de execução.
- (B) é um instrumento flexível, e o seu conteúdo pode ser atualizado ou modificado pela equipe, à medida que o trabalho de auditoria progride.
- (C) não fazem parte dela elementos como questões de auditoria, informações requeridas, fontes de informação e estratégias metodológicas.
- (D) a formulação das questões de auditoria não gerará implicações nas decisões quanto aos tipos de dados que serão coletados e à forma de coleta que será empregada.
- (E) seu uso no setor público não é recomendável em ampla escala, sobretudo em função do custo envolvido.

25. Quanto à instrumentalização do serviço, os papéis de trabalho – PT são documentos que fundamentam as informações obtidas nos trabalhos de auditoria e fiscalização do sistema de controle interno. Neles, são registrados dados da unidade auditada ou do programa fiscalizado, as etapas preliminares, os trabalhos realizados e as conclusões alcançadas. De acordo com o CFC (Resolução 1024 de 2005 e 828 de 1998):

- (A) a extensão dos papéis de trabalho é assunto de julgamento profissional, sendo necessário documentar todas as questões de que o auditor trata.
- (B) a forma e o conteúdo dos papéis de trabalho são afetados exclusivamente pela natureza do trabalho, complexidade da atividade da entidade, condição dos sistemas contábeis e de controle interno da entidade e revisão do trabalho executado pela equipe técnica.
- (C) devem ser arquivados pelo prazo de cinco anos, a contar da publicação do parecer.
- (D) os papéis de trabalho padronizados podem melhorar a eficácia dos trabalhos e sua utilização facilita a delegação de tarefas, proporcionando meio adicional de controle de qualidade.
- (E) por serem de propriedade do auditor, podem ser cedidos ao auditor sucessor (no caso de troca de auditores independentes) desde que autorizados pela auditada, ainda que informalmente.

Direito Financeiro

26. A respeito do orçamento público, assinale a afirmativa correta.

- (A) Leis de iniciativa do Poder Executivo ou do Poder Legislativo estabelecerão o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
- (B) As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, incluindo as que incidam sobre as dotações para pessoal e seus encargos, serviço da dívida e transferências tributárias constitucionais para Estados, Municípios e Distrito Federal.
- (C) Cabe à lei ordinária dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.
- (D) O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- (E) As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias poderão ser aprovadas ainda que incompatíveis com o plano plurianual, pois este poderá ser alterado futuramente, já que é elaborado para um período de quatro anos.

27. Assinale a afirmativa correta.

- (A) O princípio da proibição do estorno está consagrado na Constituição de 88.
- (B) A lei de orçamento consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros, transferências ou quaisquer outras.
- (C) São princípios orçamentários: exclusividade, transparência, legalidade, anualidade e anterioridade.
- (D) A liquidação de despesas consiste no pagamento ou na inscrição em restos a pagar.
- (E) A determinação de que os orçamentos sejam aprovados por lei formal se pauta no princípio da exclusividade.

28. Assinale a alternativa correta.

- (A) A competência da União para emitir moeda será exercida pelo Banco Central e pela Caixa Econômica Federal.
- (B) O Banco Central poderá comprar títulos de emissão do Tesouro Nacional com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros; contudo, não poderá vendê-los, mas sim emprestá-los a pessoas privadas a título de empréstimo público, restituíveis em no máximo dez anos.
- (C) O Banco Central poderá conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.
- (D) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito tributário, financeiro, orçamento, juntas comerciais, sistema monetário e de medidas, títulos e garantias dos metais, política de crédito, câmbio, seguro e transferência de valores.
- (E) Lei complementar disporá sobre finanças públicas, dívida pública externa e interna, incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo Poder Público, concessão de garantias pelas entidades públicas, bem como emissão e resgate de títulos da dívida pública.

29. Em relação às despesas, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) A Lei Complementar 101/00, que alterou a Lei 4320/64, classifica as despesas em despesas correntes e despesas de capital.
- (B) As despesas correntes abrangem as despesas de custeio e as transferências correntes.
- (C) A prorrogação de despesa criada por prazo determinado não é considerada como aumento de despesa, desde que a prorrogação não ultrapasse o período de doze meses.
- (D) Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
- (E) Para os fins da Lei Complementar 101/00, considera-se adequada com a lei orçamentária anual a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que, somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício.

30. Em relação à receita pública, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Atualmente, segundo a doutrina moderna, ingresso e receita são expressões sinônimas.
- (B) A receita se classificará nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.
- (C) As operações de crédito são consideradas receitas de capital.
- (D) A receita tributária é considerada como receita corrente.
- (E) O superávit do orçamento constitui receita corrente.

31. Assinale a alternativa correta.

- (A) No âmbito federal, a lei complementar que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de custeio e de capital e outras delas decorrentes, bem como para as relativas aos demais programas de duração continuada ou não.
- (B) O Poder Executivo publicará, até sessenta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
- (C) Ressalvados os casos previstos em lei, as disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais.
- (D) A lei orçamentária anual não poderá conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, incluindo nessa proibição a autorização de contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
- (E) No âmbito municipal, a lei orçamentária anual compreenderá somente o orçamento fiscal referente aos fundos, órgãos e entidades da administração direta, não incluindo a administração indireta e as fundações instituídas e mantidas pelo Município.

32. Tendo em vista o que traz a CRFB/88 sobre os créditos adicionais, assinale a alternativa correta.

- (A) Não é vedada a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais, visto que a finalidade desses créditos é exatamente alterar o orçamento.
- (B) É vedada a abertura de crédito especial sem prévia autorização legislativa, mas, uma vez autorizada, não há necessidade de a lei indicar os recursos correspondentes.
- (C) A abertura de créditos especiais e extraordinários somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública.
- (D) Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.
- (E) Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelo Senado na forma do regimento comum.

33. Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal, em relação à Receita Pública, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.
- (B) A renúncia de receita compreende anistia, remissão, subsídio, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.
- (C) A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada, entre outros, de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes.
- (D) O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.
- (E) As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços e do crescimento econômico. Neste último caso, não serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

34. Em relação à despesa pública, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- (B) Empenho de despesa é ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
- (C) Despesas de capital são voltadas para a manutenção de serviços já criados ou para a realização de obras de conservação de bens imóveis.
- (D) O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após regular liquidação.
- (E) É vedada a realização de despesa sem prévio empenho.

35. Assinale a assertiva correta.

- (A) Os créditos adicionais, independentemente da sua modalidade, podem ser inseridos por medida provisória.
- (B) A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.
- (C) Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia lei que autorize a inclusão, salvo se autorizado por medida provisória editada pelo chefe do Poder Executivo.
- (D) É permitida a edição de medida provisória sobre matéria relativa ao plano plurianual, diretrizes orçamentárias e créditos adicionais e suplementares.
- (E) Embora seja vedada a realização de despesas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais, o mesmo não acontece com a assunção de obrigações diretas que venham a exceder os respectivos créditos.

36. Assinale a afirmativa incorreta.

- (A) As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem podem, entre outras hipóteses, ser aprovadas caso sejam relacionadas com a correção de erros ou omissões ou com os dispositivos do texto do projeto de lei.
- (B) Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes não poderão ser utilizados mediante créditos especiais, mas somente como créditos suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.
- (C) Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.
- (D) Caberá a uma Comissão mista permanente de Senadores e Deputados examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Presidente da República.
- (E) O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na Comissão mista, da parte cuja alteração é proposta.

37. A respeito dos Princípios de Direito Financeiro, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) O princípio da unidade orçamentária, expressamente previsto na Constituição de 1988, significa que o orçamento, para ser mais eficaz, deverá ser elaborado em um documento legal único.
- (B) Com base no princípio da legalidade, a Constituição de 1988 disciplina o aspecto formal em que deve ser pautado o sistema orçamentário, reservando ao Poder Executivo a competência privativa para encaminhar o projeto de lei orçamentária anual.
- (C) A vedação quanto à transposição, ao remanejamento ou à transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa, é considerado pela doutrina como princípio da proibição de estorno.
- (D) A Constituição de 1988 veda, com as devidas ressalvas, a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa.
- (E) A afirmativa de que a lei orçamentária anual não contera dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa exterioriza o princípio da exclusividade orçamentária.

38. Com base na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei 4320/64, assinale a afirmativa correta.

- (A) O Anexo de Metas Fiscais, quando elaborado, não contera a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior.
- (B) Não integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.
- (C) As despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual e as receitas que as atenderão não constarão da lei orçamentária anual.
- (D) Consideram-se receita corrente as receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, ressalvadas as deduções que a própria lei prevê.
- (E) A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada poderá superar a variação do índice de preços prevista na lei de diretrizes orçamentárias ou em legislação específica.

39. Em relação à receita pública, assinale a alternativa correta.

- (A) Segundo a Constituição de 88, cabe à lei complementar dispor sobre emissão e resgate de títulos da dívida pública.
- (B) Para a doutrina moderna, ingresso e receita são sinônimos, pois em ambos o dinheiro recolhido entra nos cofres públicos e em ambas as situações incorporam-se ao patrimônio do Estado.
- (C) O princípio da anualidade orçamentária é aquele que determina a cobrança do tributo no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que a lei que instituiu ou majorou o tributo foi publicada.
- (D) Segundo a melhor doutrina, a receita originária pode ser considerada a que tem origem no patrimônio do particular, pelo exercício do poder de império do Estado, enquanto a receita derivada é a que tem origem no próprio patrimônio público, em que o Estado atua como empresário por meio de um acordo de vontades, e não com seu poder de império, por isso não há compulsoriedade na sua instituição.
- (E) O texto constitucional brasileiro em vigor prevê que as dívidas públicas interna e externa, incluindo as autarquias, são reguladas por lei ordinária, bem como a concessão de garantias pelas entidades públicas.

40. Com base na Constituição e na Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Se um dirigente de órgão público iniciar a execução de um projeto que não foi incluído na lei orçamentária anual, estará ele contrariando dispositivo previsto expressamente na Constituição de 88.
- (B) É vedado a um banco estatal conceder empréstimo ao ente federado que o controla, bem como proíbe instituição financeira controlada de adquirir, no mercado, títulos da dívida pública para atender a investimentos de seus clientes.
- (C) É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos oriundos de sentenças transitadas em julgado, constante de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente.
- (D) De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, os Municípios podem contribuir para o custeio de despesas de outros entes da Federação, desde que, por exemplo, exista convênio, acordo, ajuste, conforme dispuser a legislação.
- (E) O Banco Central poderá comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional, com o objetivo de regular a oferta de moeda ou a taxa de juros.

Direito Constitucional

41. O Poder Executivo publicará, após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária até:

- (A) 60 dias. (B) 120 dias.
(C) 90 dias. (D) 30 dias.
(E) 150 dias.

42. É vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, salvo autorizações específicas, no âmbito orçamentário, abrangendo aquelas a seguinte rubrica:

- (A) pessoal civil.
(B) pessoal militar.
(C) serviços operacionais.
(D) obras públicas.
(E) serviços de terceiros.

43. A vinculação de receitas de impostos a órgão, fundo, ou despesa é defesa, salvo quanto à repartição do produto da arrecadação do seguinte tributo:

- (A) IPTU.
(B) ISS.
(C) IOF.
(D) II.
(E) CIDE.

44. A abertura de crédito extraordinário, para atender a despesas, como comissão interna, será realizada, especialmente, mediante:

- (A) lei delegada. (B) decreto legislativo.
(C) medida provisória. (D) decreto executivo.
(E) resolução.

45. Os recursos provenientes para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social não pode ter como fonte as contribuições sobre:

- (A) receita. (B) folha de salário.
(C) faturamento. (D) concurso de prognóstico.
(E) lucro.

46. Na organização de distritos, o Município deve observar a legislação:

- (A) estadual. (B) local.
(C) complementar. (D) nacional.
(E) federal.

47. A majoração de alíquota do IPTU deve observar o princípio da anterioridade:

- (A) máxima. (B) média.
(C) mínima. (D) diferida.
(E) antecipada.

48. O princípio do orçamento bruto tem como escopo impedir que se incluam na lei orçamentária, quanto a determinado serviço público, os saldos:

- (A) positivos. (B) negativos.
(C) positivos contábeis. (D) negativos contábeis.
(E) positivos ou negativos.

49. A empresa de pequeno porte deve ter tratamento diferenciado perante a ordem econômico-social, sendo aquela que aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a:

- (A) R\$ 160.000,00. (B) R\$ 240.000,00.
(C) R\$ 200.000,00. (D) R\$ 220.000,00.
(E) R\$ 180.000,00.

50. O princípio da concordância prática, adotado no âmbito da hermenêutica constitucional, é avaliado:

- (A) *a posteriori*. (B) *ex nunc*.
(C) *a priori*. (D) *ex tunc*.
(E) *a fortiori*.

Direito Administrativo

51. Na celebração de cada consórcio público, havendo recursos repassados, impõe-se a autorização legislativa de cunho:

- (A) genérico. (B) específico.
(C) resolutivo. (D) ampliativo.
(E) restritivo.

52. Havendo atraso ou inexecução total, ou parcial, do contrato administrativo, a Administração pode impor suspensão temporária de participar em licitação com ela por prazo não superior a:

- (A) 30 meses. (B) 12 meses.
(C) 18 meses. (D) 24 meses.
(E) 6 meses.

53. A declaração de idoneidade para licitar pode perdurar até ser promovida a respectiva reabilitação, após decorrido o prazo da sanção aplicada, sendo requerível após:

- (A) 1 ano. (B) 2 anos.
(C) 4 anos. (D) 5 anos.
(E) 3 anos.

54. Quando o Poder Público não providencia as desapropriações necessárias para a execução de serviço público contratado com o particular, dando ensejo a este do desprovimento do contrato, resta configurado:

- (A) fato da administração. (B) fato do príncipe.
(C) caso fortuito. (D) força maior.
(E) lesão grave.

55. Ocorrendo a extinção do consórcio público, havendo saldos remanescentes, de valores não utilizados, e aplicados, na forma da legislação de regência, serão eles devolvidos no prazo improrrogável de:

- (A) 120 dias. (B) 60 dias.
(C) 90 dias. (D) 30 dias.
(E) 150 dias.

56. Os bens inaproveitáveis isoladamente remanescentes de obras públicas podem ser especificamente alienados ao particular mediante:

- (A) dação em pagamento. (B) permuta.
(C) investidura. (D) concessão de domínio.
(E) legitimação de posse.

57. Na desapropriação-sanção, realizada pelo Município, de área localizada no plano diretor, presentes os requisitos específicos, deverá esse Ente Federativo realizar o adequado aproveitamento do imóvel no prazo máximo de:

- (A) 1 ano. (B) 4 anos.
(C) 3 anos. (D) 2 anos.
(E) 5 anos.

58. Os pareceres jurídicos emitidos sobre editais de licitação possuem caráter:

- (A) opinativo. (B) discricionário.
(C) vinculativo. (D) facultativo.
(E) orientador.

59. A execução da prestação de serviços municipais por terceiros, por ordem escrita da Administração, pode ensejar o desfazimento do contrato, por esses, quando o prazo for superior a:

- (A) 90 dias. (B) 60 dias.
(C) 30 dias. (D) 150 dias.
(E) 120 dias.

60. Assinado consórcio administrativo entre municípios, o órgão repassador de recursos dará ciência dele:

- (A) aos Tribunais de Contas.
(B) às Câmaras Municipais.
(C) às Prefeituras.
(D) às Secretarias Municipais de Fazenda.
(E) às Secretarias Municipais de Administração.

Controle Externo

61. Para efeito da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, Lei 289/81, a decisão em processo de prestação ou tomada de contas pela qual o Tribunal julga as contas como regulares, regulares com ressalva ou irregulares é:

- (A) preliminar. (B) terminativa.
(C) definitiva. (D) ilíquidável.
(E) concomitante.

62. A fiscalização realizada pelo Tribunal de Contas nos entes de sua jurisdição refere-se à função:

- (A) legislativa. (B) administrativa.
(C) política. (D) judiciária.
(E) corretiva.

63. Para efeito da Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, Lei 289/81, o conceito “verificação da fiel observância da programação executiva anual e plurianual do governo, incluindo-se o controle da execução dos contratos e a avaliação dos resultados alcançados”, refere-se:

- (A) ao acompanhamento dos planos de ação e programas de trabalho.
(B) à tomada de contas.
(C) à prestação de contas.
(D) à sindicância.
(E) ao inquérito administrativo.

64. Nos termos da Constituição Federal, a titularidade da função de Controle Externo de um município é do(a):

- (A) Tribunal de Contas de sua jurisdição.
(B) Tribunal de Contas da União.
(C) Câmara de Vereadores.
(D) Congresso Nacional.
(E) Assembléia Legislativa.

65. O aspecto objetivo do alcance da fiscalização operacional exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, refere-se:

- (A) à aplicação dos recursos públicos, conforme a lei orçamentária, acompanhando a arrecadação dos recursos e sua aplicação.
(B) à aplicação dos recursos públicos conforme as técnicas contábeis.
(C) à aplicação dos recursos públicos conforme ordenamento jurídico próprio.
(D) ao fluxo de recursos geridos pelo administrador público.
(E) à verificação do cumprimento das metas, resultados, eficácia e eficiência da gestão dos recursos públicos.

66. A análise dos aspectos da gestão pública é realizada levando-se em conta também se a administração atendeu ao interesse público e à moralidade administrativa, que são pontos referentes à:

- (A) legalidade.
(B) economicidade.
(C) efetividade.
(D) legitimidade.
(E) eficiência.

67. Quanto à natureza jurídica do Tribunal de Contas, é correto afirmar que:

- (A) não tem autonomia administrativa nem financeira, pois depende do repasse do Poder Executivo.
(B) não tem personalidade jurídica, possuindo, entretanto, capacidade processual ou postulatória.
(C) é um órgão autônomo e auxiliar do Poder Judiciário.
(D) as decisões proferidas pelo plenário são de natureza política.
(E) apresenta autonomia administrativa e financeira, além de personalidade jurídica, dotada da natureza administrativa em relação às suas decisões e deliberações.

68. Em cumprimento à Constituição Federal, fixar o coeficiente do Fundo de Participação do Município (FPM) caberá ao:

- (A) Tesouro Nacional.
(B) Tribunal de Contas do Município, quando houver.
(C) Tribunal de Contas dos Municípios.
(D) Tribunal de Contas do Estado, quando não houver Tribunal de Contas do Município.
(E) Tribunal de Contas da União.

69. O sistema que compreende a atividade de avaliação do cumprimento das metas previstas no plano plurianual, da execução dos programas de governo e dos orçamentos e de avaliação da gestão dos administradores públicos é denominado:

- (A) controle interno.
- (B) auditoria de gestão.
- (C) contabilidade.
- (D) fiscalização financeira.
- (E) planejamento e orçamento.

70. Ao Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro compete, na forma estabelecida no regimento interno, apreciar as contas prestadas anualmente pelo Prefeito, elaborando e emitindo parecer prévio em até:

- (A) 120 dias de seu recebimento.
- (B) 60 dias de seu recebimento.
- (C) 90 dias úteis de seu recebimento.
- (D) 60 dias úteis de seu recebimento.
- (E) 90 dias de seu recebimento.

Direito Empresarial

71. Assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O comprador poderá deixar de aceitar a duplicata por motivo de avaria ou não-recebimento das mercadorias, quando não expedidas ou não entregues por sua conta e risco; vícios, defeitos e diferenças na qualidade ou na quantidade das mercadorias, devidamente comprovados; divergência nos prazos ou nos preços ajustados.
- (B) A nota promissória vinculada a contrato de abertura de crédito não goza de autonomia em razão da iliquidez do título que a originou.
- (C) Uma nota promissória pode ser sacada à vista, a um certo termo de vista, a um certo termo de data e pagável num dia fixado, com vencimentos diferentes e sucessivos.
- (D) O avalista do título de crédito tem direito de regresso para cobrar o valor pago em face de qualquer obrigado anterior, em razão da solidariedade do direito cambiário.
- (E) O contrato de abertura de crédito, ainda que acompanhado de extrato da conta corrente, não é título executivo.

72. Analise as assertivas a seguir:

- I. A Cia. de Engenheiros Associados, sociedade com atos inscritos no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, pode ter a sua falência decretada.
- II. Os sócios de uma sociedade em nome coletivo não incidem pessoalmente em falência.
- III. Não se admite a decretação de falência de instituição financeira.
- IV. O protesto do título é condição especial para decretação da falência com fundamento em execução frustrada.

Assinale:

- (A) se somente as assertivas I, II e III estiverem corretas.
- (B) se somente as assertivas III e IV estiverem corretas.
- (C) se somente as assertivas I e IV estiverem corretas.
- (D) se somente a assertiva IV estiver correta.
- (E) se somente a assertiva I estiver correta.

73. Assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A personalidade jurídica das sociedades se inicia com a sua constituição e início das atividades.
- (B) As sociedades em comum respondem perante terceiros pelas obrigações contraídas.
- (C) As sociedades simples podem adotar qualquer tipo societário específico das sociedades empresárias.
- (D) O direito brasileiro admite o pedido de recuperação judicial de pessoa natural, comprovada a condição de empresário.
- (E) O capital social de uma sociedade limitada pode ser formado por quotas de valores diferentes.

74. Em relação ao nome empresarial, assinale a afirmativa correta.

- (A) Recebe a proteção efetivada pelo Registro Público de Empresas Mercantis em todo o território nacional.
- (B) A sociedade limitada se forma sempre na modalidade de denominação.
- (C) É facultativo para o empresário individual e obrigatório para a sociedade empresária.
- (D) A sociedade em conta de participação não pode ter firma ou denominação.
- (E) A denominação das sociedades simples, por terem regime próprio, não é equiparada ao nome empresarial para efeitos de proteção da lei.

75. Em relação à teoria da desconsideração da personalidade jurídica, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Está positivada no art. 50 do Código Civil, que determina que, em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir a requerimento da parte, ou pelo Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidas aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.
- (B) As sociedades integrantes de grupos societários e sociedades controladas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código Civil.
- (C) As sociedades consorciadas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código Civil.
- (D) As sociedades coligadas só responderão por culpa.
- (E) A desconsideração da personalidade jurídica das sociedades também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.

Direito Previdenciário

76. Quanto à concessão de benefícios, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) O salário de benefício consiste na média aritmética simples dos maiores salários de contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo. No caso da aposentadoria por tempo de contribuição, a média apurada será multiplicada pelo fator previdenciário, compulsoriamente.
- (B) Uma vez calculado o salário de benefício, aplica-se o percentual correspondente à renda mensal, que varia conforme o benefício requerido. A renda mensal do benefício de prestação continuada que substituir o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado não poderá ser inferior ao salário-mínimo nem superior ao limite máximo, salvo direito adquirido.
- (C) Todos os benefícios da Previdência Social são concedidos sempre que implementados dois requisitos: a carência e a situação geradora do benefício, também chamada de risco social. Assim, por exemplo, tratando-se de aposentadoria por idade, o segurado deve ter, no mínimo, sessenta e cinco anos ou, sendo do sexo feminino, sessenta anos de idade, com carência de cento e oitenta contribuições.
- (D) Fator previdenciário é um índice multiplicador do salário de benefício, que leva em consideração, no seu cálculo, a idade do segurado, o tempo de contribuição, a expectativa de sobrevida no momento da aposentadoria, conforme tabelas construídas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Dessa forma, quanto mais tempo o segurado presumivelmente receberá aposentadoria, menor será a renda mensal do seu benefício.
- (E) O salário-maternidade da segurada empregada é benefício que não se sujeita à apuração do salário de benefício nem ao limite máximo dos benefícios. Sua renda mensal consiste num valor igual à sua remuneração.

77. A respeito do conceito e financiamento da Seguridade Social, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) As receitas dos Municípios destinadas ao financiamento da seguridade social constarão de seus respectivos orçamentos, não integrando o orçamento da União.
- (B) A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, previdência e assistência social.
- (C) O princípio da equidade na participação do custeio da seguridade social se expressa, entre outros, pelas alíquotas de contribuição diferentes para as empresas e para os trabalhadores.
- (D) No âmbito federal, o orçamento da Seguridade Social é composto das receitas da União, das contribuições sociais e receitas de outras fontes. Entre estas e as vinculadas às ações de saúde, estão as provenientes do seguro contra Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT.
- (E) A contribuição social incidente sobre a receita de concursos de prognósticos refere-se, exclusivamente, às loterias administradas pela Caixa Econômica Federal.

78. Com relação aos contribuintes da Previdência Social, analise as afirmativas a seguir:

- I. Os órgãos e entidades da administração direta, indireta e fundacional são considerados empresa, para efeitos da legislação previdenciária. Dessa forma, os empregados públicos e os servidores ocupantes, exclusivamente, de cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração, são segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social, cabendo àqueles órgãos e entidades as mesmas obrigações das empresas em geral.
- II. O Município que contratar cooperativa de trabalho ou de mão-de-obra deve contribuir para o Regime Geral de Previdência Social com 15%, incidentes sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços, relativamente a serviços que lhe são prestados por cooperados.
- III. O servidor contratado pela União, Estado, Distrito Federal ou Município, bem como pelas respectivas autarquias e fundações, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, é segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social na qualidade de empregado.
- IV. Os Municípios que instituírem Regime Próprio de Previdência Social para os seus servidores titulares de cargos efetivos não são contribuintes obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social em relação a esses. Entretanto, o Regime Próprio de Previdência Social deve assegurar, pelo menos, aposentadorias e pensão por morte previstas no art. 40 da Constituição Federal.
- V. O servidor titular de cargo efetivo do Município, amparado por Regime Próprio de Previdência Social, não poderá se filiar ao Regime Geral de Previdência Social, na qualidade de segurado facultativo.

Assinale:

- (A) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- (B) se somente as afirmativas III e V estiverem corretas.
- (C) se somente as afirmativas II e IV estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se nenhuma afirmativa estiver correta.

79. A respeito das contribuições para a Seguridade Social, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) O princípio da distributividade da Seguridade Social significa que, independente do montante arrecadado em determinada região, os benefícios serão concedidos e os serviços prestados, se devidos. Assim, ainda que uma região do país não arrecade receita suficiente para o pagamento de benefícios ali devidos, esses serão concedidos, na forma da lei.
- (B) Poderão ser isentas das contribuições para a Seguridade Social, uma vez atendidas as exigências da lei, as organizações da sociedade civil de interesse público, as entidades filantrópicas e beneficentes de assistência social, as organizações não-governamentais e os partidos políticos.
- (C) Com vistas a preservar seu equilíbrio financeiro, nenhum benefício ou serviço da Seguridade Social poderá ser criado, estendido ou majorado sem a correspondente fonte de custeio total.
- (D) A exigência de nova contribuição para a Seguridade Social, ou sua modificação, se sujeita à anterioridade nonagesimal, a contar da data da publicação da lei que a houver instituído ou modificado.
- (E) As contribuições incidentes sobre a folha de salário poderão ser substituídas gradualmente, de forma parcial ou total, pela incidente sobre a receita ou faturamento.

80. Quanto aos benefícios da Previdência Social, analise as afirmativas a seguir:

- I. A filiação dos segurados obrigatórios decorre do exercício de atividade vinculada ao Regime Geral de Previdência Social e independe de contribuição. Quanto ao segurado facultativo, sua filiação é ato volitivo e depende de inscrição e do pagamento da primeira contribuição.
- II. A manutenção da qualidade de segurado da Previdência Social, ou seja, a preservação de seus direitos, dar-se-á apenas com o pagamento de contribuições, considerando que o regime instituído pela Constituição de 1988 consiste em seguro social.
- III. A pensão por morte é devida a contar da data do óbito, ao conjunto de dependentes, que se estrutura em três classes. Na primeira classe, estão o cônjuge, companheira (o) e filhos; na segunda classe, os pais; e, na terceira, os irmãos, que são dependentes preferenciais. O valor da pensão será rateado em partes iguais entre todos os dependentes do segurado.
- IV. O salário-maternidade, por se revestir de natureza de direito trabalhista, é benefício previdenciário concedido apenas às seguradas empregadas.
- V. A contagem recíproca de tempo de contribuição diz respeito ao aproveitamento das contribuições recolhidas para diferentes regimes de Previdência Social. No entanto, é vedada a contagem do tempo de contribuição no regime público com o de contribuição na atividade privada, quando concomitantes.

Assinale:

- (A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (B) se apenas as afirmativas III e IV estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I e V estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Direito Penal

81. Assinale a alternativa que não constitui um crime de responsabilidade.

- (A) utilizar o poder federal para impedir a livre execução da lei eleitoral
- (B) tentar, diretamente e por fatos, submeter a União ou algum dos Estados ou Territórios a domínio estrangeiro
- (C) infringir as normas legais no provimento dos cargos públicos
- (D) realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea
- (E) revelar negócios políticos ou militares que devam ser mantidos secretos a bem da defesa da segurança externa ou dos interesses da Nação

82. Assinale a afirmativa correta.

- (A) São causas de extinção da punibilidade a anistia, graça, indulto e perdão da vítima nos crimes de ação pública incondicionada.
- (B) A retroatividade da lei que não considera mais o fato como criminoso extingue a punibilidade do agente, salvo quando se tratar de crime hediondo.
- (C) A reparação do dano extingue a punibilidade do peculato culposo, se ocorre antes da sentença condenatória irrecorrível.
- (D) Nos crimes contra a fé pública, extingue-se a punibilidade do agente quando este espontaneamente confessa o crime no interrogatório judicial.
- (E) A morte do agente só extingue a punibilidade se houver expressa concordância do Ministério Público ou do querelante.

83. A organização não-governamental holandesa Expanding minds, dirigida pelo psicólogo holandês Johan Cruiff, possui um barco de bandeira holandesa que navega ao redor do mundo recebendo pessoas que desejam consumir substâncias entorpecentes que alteram a percepção da realidade. O prefeito de um município decide embarcar para fazer uso recreativo da substância *Cannabis sativa*, popularmente conhecida como maconha. Na ocasião em que ele fez uso dessa substância, o barco estava em alto-mar, além do limite territorial brasileiro ou de qualquer outro país.

Sabendo que a lei brasileira pune criminalmente o consumo de substância entorpecente e que a maconha é considerada pela legislação brasileira uma substância entorpecente, ao passo que a Holanda admite esse consumo para fins recreativos, assinale a alternativa correta a respeito do crime praticado pelo prefeito.

- (A) nenhum crime
- (B) crime de consumo de substância entorpecente
- (C) crime de responsabilidade
- (D) improbidade administrativa
- (E) crime contra a fé pública

84. São consideradas causas legais de exclusão da ilicitude:

- (A) estado de necessidade, legítima defesa e embriaguez voluntária.
- (B) estado de necessidade, legítima defesa, coação moral resistível e obediência hierárquica de ordem não manifestamente ilegal.
- (C) estado de necessidade, legítima defesa, coação moral irresistível e obediência hierárquica de ordem não manifestamente ilegal.
- (D) coação física irresistível, obediência hierárquica de ordem não manifestamente ilegal, estado de necessidade, legítima defesa, exercício regular do direito, estrito cumprimento do dever legal e embriaguez voluntária.
- (E) estado de necessidade, legítima defesa, exercício regular do direito e estrito cumprimento do dever legal.

85. Não pode ser considerado próprio de funcionário público o crime de:

- (A) corrupção passiva.
- (B) corrupção ativa.
- (C) prevaricação.
- (D) concussão.
- (E) advocacia administrativa.

Direito Civil

86. Caracterizam o vínculo obrigacional:

- (A) a juridicidade e a existência de deveres.
- (B) a juridicidade e a existência de direitos.
- (C) a patrimonialidade e a sujeição.
- (D) a submissão e a liberalidade.
- (E) a patrimonialidade e a inexistência de direitos.

87. As despesas com o pagamento são:

- (A) do credor, que tem interesse em receber.
- (B) do devedor, que tem a obrigação de pagar.
- (C) do credor e do devedor, devendo ser repartidas por igual.
- (D) do devedor, exceto se o contrário tiver sido estipulado no contrato.
- (E) do credor, exceto se o contrário foi firmado no ajuste.

88. A multa convencional nas obrigações pecuniárias cumpre função:

- (A) de reforço da necessidade de cumprir a obrigação e de pré-fixação das perdas e danos.
- (B) compensatória e punitiva.
- (C) punitiva e liberatória.
- (D) de pré-fixação das perdas e danos e punitiva.
- (E) de reforço da necessidade de cumprir a obrigação e liberatória.

89. A principal função da responsabilidade civil é:

- (A) sancionatória.
- (B) punitiva.
- (C) retributiva.
- (D) educativa.
- (E) compensatória.

90. Quando a lei atribui a um sujeito de direito o dever de indenizar os danos devidos à ação culposa de outro, há:

- (A) responsabilidade por simples culpa.
- (B) responsabilidade complexa.
- (C) responsabilidade objetiva.
- (D) responsabilidade por culpa presumida.
- (E) responsabilidade pelo risco.

Economia

91. Uma geada na Flórida reduz a produção americana de laranjas. Ao mesmo tempo, é divulgado um estudo que mostra que o consumo de suco de laranja reduz os riscos cardíacos.

Com base no trecho acima, a respeito do preço e quantidade de equilíbrio no mercado de laranjas, pode-se concluir que:

- (A) o preço aumentará, e não é possível determinar o que ocorre com a quantidade.
- (B) o preço e a quantidade aumentarão.
- (C) o preço cairá, e não é possível determinar o que ocorre com a quantidade.
- (D) o preço e a quantidade cairão.
- (E) não é possível determinar o que ocorre com o preço e a quantidade somente com as informações fornecidas.

92. Uma economia hipotética com governo é caracterizada da seguinte forma:

| Valores em milhões de reais | Valor bruto da produção | Insumos |
|-----------------------------|-------------------------|--------------------|
| Minério | R\$ 100 | 0 |
| Aço | R\$ 300 | R\$ 100 de minério |
| Carro | R\$ 500 | R\$ 200 de aço |

- I. O total de salários pagos é igual a R\$ 200 milhões.
- II. O total gasto com o pagamento de juros e alugueis é igual a R\$ 300 milhões.
- III. O consumo total das famílias é igual a R\$ 500 milhões.

Com base nos dados da tabela, assinale a alternativa correta.

- (A) A renda total dessa economia é igual a R\$ 500 milhões.
- (B) O lucro dessa economia é igual a R\$ 200 milhões.
- (C) O PIB dessa economia é igual a R\$ 600 milhões.
- (D) O consumo do governo é igual a zero.
- (E) O PIB dessa economia é igual a R\$ 900 milhões.

93. A economia do país X possui as seguintes curvas de demanda e oferta por feijão:

- I. Curva de demanda por feijão: $q = 100 - 2p$
- II. Curva de oferta por feijão: $q = 10 + 4p$.

Suponha que o país X realize uma abertura comercial de sua economia. Com o preço internacional do feijão sendo igual a 10, pode-se concluir que:

- (A) o bem-estar cai em 100.
- (B) o bem-estar aumenta em 75.
- (C) a quantidade produzida aumenta em 20 unidades.
- (D) a demanda doméstica se eleva em 20 unidades.
- (E) a quantidade ofertada iguala a quantidade demandada em 70 unidades.

94. O país Y possui um elevado déficit fiscal. Caso esse país queira reduzi-lo sem ter grande impacto no produto, a combinação de políticas adotada será:

- (A) política monetária e fiscal contracionista.
- (B) política monetária e fiscal expansionistas.
- (C) política monetária contracionista e fiscal expansionista.
- (D) política monetária expansionista e fiscal contracionista.
- (E) somente uma política fiscal contracionista.

95. Um setor é um monopólio natural. Assinale a alternativa que o órgão regulador deve escolher para garantir o maior bem-estar para o consumidor.

- (A) O órgão regulador deve quebrar esse monopólio e estimular a concorrência.
- (B) O órgão regulador deve determinar que o preço cobrado seja igual ao custo marginal.
- (C) O órgão regulador deve determinar que o preço seja aquele em que a curva oferta intercepta a curva de demanda.
- (D) Não há nada que o governo possa fazer para melhorar o consumidor, visto que é um monopólio natural (retornos crescentes de escala).
- (E) O órgão regulador deve determinar que o preço seja igual ao custo médio.

Administração

96. Pode-se afirmar que o contrato de gestão é:

- (A) uma concessão de serviços públicos ao setor privado.
- (B) um instrumento de controle de desempenho firmado entre órgãos da Administração Pública.
- (C) uma ferramenta moderna para desenho de processos organizacionais internos.
- (D) um processo de licitação para contratação de serviços junto ao setor privado.
- (E) a instauração de um plano de cargos e salários em uma organização da Administração Pública.

97. Com relação aos instrumentos que foram inseridos na Administração Pública, assinale a alternativa que tem características da Administração Pública Gerencial.

- (A) Regime Jurídico Unificado dos Servidores Públicos, Licitações e Contratos Administrativos
- (B) Convênios, Concurso Público e Consórcios Públicos
- (C) Contrato de Gestão, Programas de Qualidade e Participação e Agências Reguladoras
- (D) Concurso Público, Reengenharias de Governo e Licitações e Contratos Administrativos
- (E) Meritocracia e Programas de Qualidade e Participação

98. “É importante ressaltar que a redefinição do papel do Estado é um tema de alcance universal nos anos 90. No Brasil, essa questão adquiriu importância decisiva, tendo em vista o peso da presença do Estado na economia nacional: tornou-se, conseqüentemente, inadiável equacionar a questão da reforma ou da reconstrução do Estado, que já não consegue atender com eficiência a sobrecarga de demandas a ele dirigidas, sobretudo na área social. A reforma do Estado não é, assim, um tema abstrato: ao contrário, é algo cobrado pela cidadania, que vê frustradas suas demandas e expectativas.

A crise do Estado teve início nos anos 70, mas só nos anos 80 se tornou evidente. Paralelamente ao descontrole fiscal, diversos países passaram a apresentar redução nas taxas de crescimento econômico, aumento do desemprego e elevados índices de inflação. Após várias tentativas de explicação, tornou-se claro, afinal, que a causa da desaceleração econômica nos países desenvolvidos e dos graves desequilíbrios na América Latina e no Leste Europeu era a crise do Estado, que não soubera processar de forma adequada a sobrecarga de demandas a ele dirigidas. A desordem econômica expressava agora a dificuldade do Estado em continuar a administrar as crescentes expectativas em relação à política de bem-estar aplicada com relativo sucesso no pós-guerra.”

(Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado)

O Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado representou um marco na implementação da Nova Administração Pública no Brasil, iniciando, na prática, a transição do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático. Ele trazia uma série de conceitos e pressupostos.

Em relação ao plano, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) O Plano considerava que o modelo burocrático tradicional, que a Constituição de 1988 e todo o sistema do Direito Administrativo brasileiro privilegiam, está baseado no formalismo, no excesso de normas e na rigidez de procedimentos.
- (B) O Plano preconizava que a legislação que regula as relações de trabalho no setor público é inadequada, notadamente pelo seu caráter protecionista e inibidor do espírito empreendedor. São exemplos imediatos desse quadro a aplicação indiscriminada do instituto da estabilidade para o conjunto dos servidores públicos civis submetidos a regime de cargo público e de critérios rígidos de seleção e contratação de pessoal que impedem o recrutamento direto no mercado, em detrimento do estímulo à competência.
- (C) No plano administrativo, a administração pública burocrática surgiu conjuntamente com o Estado liberal, exatamente como uma forma de defender a coisa pública contra o patrimonialismo. No entanto, à medida que o Estado assumia a responsabilidade pela defesa dos direitos sociais e crescia em dimensão, foi-se percebendo que os custos dessa defesa podiam ser mais altos que os benefícios do controle. Por isso, neste século as práticas burocráticas vêm sendo substituídas por um novo tipo de administração: a administração gerencial.
- (D) No núcleo estratégico, a propriedade tem que ser necessariamente estatal. Nas atividades exclusivas de Estado, em que o poder extroverso de Estado é exercido, a propriedade também só pode ser estatal.
- (E) Considerava que Atividades Exclusivas é o setor em que são prestados serviços que só o Estado pode realizar. São serviços em que se exerce o poder extroverso do Estado. São exemplos desse setor as universidades, os hospitais, os centros de pesquisa e os museus.

99. Com relação ao Modelo Contingencial de Administração, é correto afirmar que:

- (A) quanto mais estável o ambiente em que estiver inserida a organização, é mais adequado o uso de um modelo orgânico de estrutura.
- (B) a Escola Contingencial prevê a existência de uma forma única e correta de administrar.
- (C) quanto à gestão de pessoas, o Modelo Contingencial preconiza que a gestão descentralizada, participativa e flexível é sempre o que traz melhores resultados.
- (D) a tecnologia e o ambiente condicionam a forma de gerir a organização.
- (E) a Escola Contingencial previa a organização de estruturas rígidas com base na meritocracia.

100. Existem vários aspectos que diferenciam o processo de planejamento de políticas públicas entre nações desenvolvidas e em desenvolvimento. No caso destas, há uma tendência de explicar suas falhas com base em:

- (A) aspectos político-institucionais, capacidade financeira e capacidade técnica.
- (B) problemas políticos, capacidade financeira e carência de recursos humanos qualificados.
- (C) carência de recursos humanos, aspectos político-institucionais e burocratização da administração pública.
- (D) problemas de implementação, carência de recursos humanos e burocratização.
- (E) problemas de implementação, aspectos políticos e dificuldades de gestão.